

# INTERNACIONAL

Esta seção apresenta uma análise da reunião do G-20, realizada em julho em Hamburgo, Alemanha, que se mostra cada vez mais irrelevante diante da ausência completa de iniciativas que contrariem os interesses dos megabancos e fundos de investimentos. E também enfoca o 23º Encontro do Foro de São Paulo, ocorrido em Manágua, Nicarágua, entre os dias 16 e 18 de julho. O evento teve a presença de mais de quarenta partidos de um total de 27 países da América Latina e Caribe e alguns convidados do Sahara Ocidental, Europa e Vietnã.

## O G-20 CADA VEZ MAIS INÓCUO

A reunião do G-20 deste ano realizou-se nos dias 7 e 8 de julho, em Hamburgo, na Alemanha, cercada de um forte aparato de segurança, pois o movimento social, principalmente europeu, se fez presente com milhares de pessoas que prometiam transformar a cidade num “inferno”. E com razão, pois a cada ano que passa as decisões do G-20 são mais irrelevantes e, ao contrário das iniciativas das primeiras reuniões, para discutir a crise econômica mundial e fortalecer a governança financeira global, agora não há nenhuma iniciativa que se oponha aos interesses dos megabancos e dos fundos de investimentos. Pelo contrário, o grupo tem praticamente se limitado a endossar as medidas adotadas no sistema multilateral que vem reforçar a nova fase do neoliberalismo em que predominam os interesses do capital financeiro em detrimento dos direitos da maioria da população mundial.

O G-20 incorporou três grandes centros financeiros como os mais recentes membros da organização; Hong Kong, Suíça e Singapura. A maioria das decisões sobre economia, no texto final, foi quase integralmente delegada para ser encaminhada a um organismo técnico que acompanha o G-20, o *Financial Stability Board* (FSB), no qual, entre vários problemas, um deles é a absoluta falta de transparência. Um tema econômico que ganha cada vez mais relevância, o endividamento dos países em vias de desenvolvimento e a reestruturação de suas dívidas, não foi tratado. A Alemanha esperava poder protagonizar uma resolução sobre o gerenciamento dos fluxos financeiros internacionais, mas isso também não foi aceito.

A discussão sobre a questão fiscal por meio da Erosão da Base e Transferências de Lucros –BEPS (*Base Erosion and Profit Shifts*) tampouco avançou, e mesmo a “Lista Negra”, criada anteriormente para denunciar os países que facilitam evasão de impostos e outros crimes fiscais, conseguiu incluir até o momento apenas a pequena Trinidad e Tobago por “não cumprir os padrões internacionais”, apesar do notório comportamento criminoso do Reino Unido, Holanda, Suíça e Luxemburgo na área fiscal e no acolhimento de recursos escusos.

No tocante ao tema das “Finanças Verdes”, que tem a China como protagonista, também não houve menções, mas sobre assuntos da área digital, em particular o comércio eletrônico, ocorreram muita discussão favoráveis com vistas à Organização Mundial do Comércio (OMC) que, em sua próxima conferência em Buenos Aires, em dezembro de 2017, pretende transformar o *e-commerce* no tema central.

Por fim, essa conferência do G-20 inaugurou uma metodologia inusitada para explicitar divergências, pois, em relação ao tema das mudanças climáticas e o Acordo de Paris, o governo Trump dos EUA quer revê-lo. Assim, a declaração final possui dois parágrafos, um a favor do Acordo de Paris, apoiado pela maioria dos membros do G-20, e outro com a posição do governo Trump.

### Foro de São Paulo defende Lula

O Foro de São Paulo realizou seu 23º Encontro em

Manágua, Nicarágua, entre os dias 16 e 18 de julho. Contou com a presença de mais de quarenta partidos de um total de 27 países da América Latina e Caribe e alguns convidados do Sahara Ocidental, Europa e Vietnã. Além das reuniões específicas que normalmente se realizam como as das sub-regiões, mulheres, jovens, afrodescendentes, povos originários, entre outras, aconteceu também a sessão da Escola do Foro, o seminário sobre os governos progressistas, as reuniões do Grupo de Trabalho do Foro e a plenária final.

A robusta declaração final incluiu uma série de resoluções e ações a serem levadas adiante. Entre elas, destacam-se três temas de grande importância diante da conjuntura. Um, a defesa da Venezuela, de seu governo e da eleição dos membros da Assembleia Nacional Constituinte prevista para ocorrer no dia 30 de julho. Houve uma simulação de votação no dia 16 de julho, quando onze milhões de eleitores participaram, o que foi um bom indício do apoio popular à iniciativa. Nesse mesmo dia, a oposição organizou um plebiscito paralelo para aferir a opinião da população sobre a implementação ou não da Assembleia Constituinte. Informaram que 7,2 milhões teriam participado e mais de 90% dos votantes teriam se oposto a ela. No entanto, é um número impossível de se confirmar, pois, além de não ter havido fiscalização, as cédulas foram incineradas imediatamente após a contagem dos votos. Não há dúvidas da divisão na sociedade venezuelana, mas tudo indica que o governo está se fortalecendo e, por isso, Trump explicitou seu apoio à oposição da direita com a ameaça de impor “severas” sanções econômicas se Nicolás Maduro levar adiante a eleição da Constituinte. A posição dos Estados Unidos foi seguida pelo seu mais recente lacai, o golpista Temer, que, além de se comunicar diretamente com seus colegas da direita venezuelana, manifestou ao governo venezuelano sua contrariedade com a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte. Essas ingerências foram obviamente condenadas pelo Foro. Além de indevidas, no caso do Brasil, o governo está violando o Artigo 4º da Constituição Federal.

A segunda resolução se refere à inocência de Lula e à perseguição político-midiática que ele vem sofrendo

com o intuito de impedi-lo de se candidatar nas eleições de 2018. O plenário do Foro se solidarizou com Lula diante da recente condenação. O Foro participou intensamente das iniciativas internacionais em defesa dele, do PT e seus aliados, da democracia e do Estado de Direito no Brasil, bem como no combate à retirada de direitos que os golpistas vêm promovendo. Particularmente, a reforma trabalhista representa um precedente sem igual na América Latina e Caribe e preocupa por gerar um paradigma que outros governos neoliberais poderão seguir. O Foro de São Paulo também respaldou a resistência do movimento sindical e social no Brasil.

A terceira resolução é de apoio ao processo de paz na Colômbia. Em maio, uma missão do Foro esteve na Colômbia para verificar o progresso da implementação do acordo de Havana e teve a oportunidade de dialogar com todas as partes envolvidas. Já na ocasião foi possível verificar que nem tudo estava evoluindo bem, particularmente devido a atrasos do governo de constituição das “zonas veredais” (territórios de permanência dos guerrilheiros das FARC-EP até se integrarem à sociedade) e à decisão da Suprema Corte de cancelar o sistema de via rápida no Parlamento para aprovar as medidas legislativas exigidas pelo acordo. Esse último vem à tona agora com a anistia aplicada a milhares de ex-guerrilheiros que se encontram nas “zonas veredais” e não aos mais de mil que estão condenados e presos e que pelo acordo teriam direito a um novo julgamento na “justiça especial” a ser criada para esses e outros casos relacionados ao conflito. Uma delegação das FARC-EP compareceu ao encontro e pôde acrescentar mais informações sobre o processo de paz que o Foro respalda e acompanha no intuito de colaborar para que seu desfecho seja positivo.

No dia 19 de julho, a maioria dos delegados e delegadas do 23º Encontro compareceu às celebrações do 38º aniversário da Revolução Sandinista, que reuniu em torno de duzentas mil pessoas no centro de Manágua. Como conclusão do encontro, decidiu-se que o próximo, o 24º Encontro do Foro de São Paulo, ocorrerá em Havana, Cuba, em 2018.

### Para ver mais, consultar:

1. O termo “Lista Negra” é usado oficialmente pelo G-20, embora seja politicamente incorreto.